



Eleições Legislativas em Cabo Verde - O ano de 2016 será decisivo para o futuro cenário político de Cabo Verde, uma vez que, com poucos meses de intervalo, vão realizar-se eleições legislativas, autárquicas e presidenciais. [Pag 2](#)

Governo de Unidade Nacional na Líbia - Desde que o regime de Kadhafi caiu que a Líbia não tem um governo nacional. A ausência de um estado com controlo efetivo sobre todo o território transformou a Líbia num santuário para grupos terroristas. [Pag 3](#)

Eleições no Uganda - As eleições presidenciais de 18 de fevereiro no Uganda foram marcadas por um clima de grande tensão entre os apoiantes do atual Presidente, Yoweri Museveni, e os apoiantes do principal candidato da oposição, Kizza Besigye. [Pag 4](#)

ONU renova Mandato na Guiné Bissau - O Conselho de Segurança das Nações Unidas reuniu-se, em fevereiro, para analisar a situação na Guiné Bissau. O debate foi feito à volta do relatório que Miguel, Trovoada, apresentou em nome do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS). [Pag 4/5](#)

Crise em Moçambique - A situação política e securitária em Moçambique enfrenta uma fase de grande instabilidade devido ao diferendo que separa o Governo e a RENAMO. Na base do diferendo está o facto de a RENAMO se recusar a reconhecer os resultados eleitorais e pretender nomear os governadores para as províncias onde venceu. [Pag 5/6](#)

China Financia Megaprojeto de Gás - A China, a Etiópia e o Djibuti anunciaram, em março, a celebração de um contrato de exploração e transporte de gás natural. O projeto envolve a construção de uma central de liquefação de gás, um terminal portuário no Djibuti e um gasoduto, com a extensão de 700 quilómetros, que ligará a Etiópia ao porto no Djibuti. [Pag 7](#)

Novo Secretário Executivo da CPLP - A última reunião da CPLP ficou marcada pela questão da nomeação do novo Secretário Executivo da CPLP De acordo com as regras e seguindo a ordem alfabética, o próximo país a nomear o Secretário Executivo seria Portugal, mas alguns membros da CPLP opõem-se a esta nomeação com base numa suposta regra consuetudinária que impede Portugal de fazer essa nomeação. [Pag 7/8](#)

Eleições Presidenciais no Benim - O Benim realizou a primeira volta das eleições presidenciais a 6 de março. O até agora Presidente, Thomas Boni Yavi, terminou o segundo dos seus mandatos e não pode recandidatar-se. Ao contrário do que tem sucedido em outros países africanos, não houve alteração constitucional que permitisse ao Presidente ultrapassar o limite de dois mandatos. [Pag 8](#)

Presidente Angolano anuncia saída - O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, anunciou, em março, que abandonará a vida política ativa em 2018, ano em que completa 76 anos de vida e após de ter estado 39 anos à frente dos destinos do país. [Pag 9](#)

Jean Pierre Bemba Condenado - O antigo líder do Movimento de Libertação do Congo (MLC), Jean Pierre Bemba foi condenado, em março, por crimes de guerra e contra a humanidade pelas violações e assassinatos cometidos pela milícia que liderava na República Centro Africana em 2002-2003. [Pag 9](#)

França diminui presença na República Centro-Africana - Após dois anos na República Centro-Africana (RCA), a França anunciou que vai diminuir o seu contingente militar neste país até ao final de 2016. A justificação para esta diminuição prende-se com a estabilização da situação na RCA e a necessidade da França estar mais presente noutros cenários. [Pag 10](#)

Oposição tenta a Destituição de Jacob Zuma - O Tribunal Constitucional da África do Sul declarou, a 31 de março, que o Presidente Sul-africano, Jacob Zuma, violou a constituição sul-africana por não ter repostado o dinheiro referente às obras de melhoria da sua casa. O Tribunal deu às finanças do país 60 dias para determinar o valor que o Presidente tem de devolver aos cofres do estado. [Pag 10/11](#)

Angola pede apoio do FMI - O Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou, a 6 de abril, que Angola tinha pedido apoio para a criação de um programa de assistência para os próximos três anos. Este pedido ficará a dever-se, sobretudo, à acentuada queda do preço do petróleo desde 2014, que representa 80% das exportações angolanas, e que terá afetado a capacidade financeira de Luanda. [Pag 11](#)



Eleições Legislativas em Cabo Verde

■ Luís Castelo Branco

O ano de 2016 será decisivo para o futuro cenário político de Cabo Verde, uma vez que, com poucos meses de separação, vão ter lugar eleições legislativas, autárquicas e presidenciais.

Nas eleições autárquicas, o MpD pretende manter a maioria das autarquias, conquistadas em 2011, embora o resultado das legislativas possa a vir a influenciar estas eleições.

Nas eleições presidenciais, os principais candidatos deverão ser o atual Presidente Jorge Carlos Fonseca e, muito provavelmente, José Maria das Neves, o que explicaria a sua saída da liderança do PAIGC e a não recandidatura a um novo mandato como Primeiro-ministro.

As primeiras eleições que tiveram lugar foram as legislativas, realizadas a 20 de março, e que tinham especial interesse não só por causa de uma eventual alternância política entre o PAIGC, no governo há 15 anos, e o MpD mas também porque o principal partido da oposição, apresentava, tal como o PAIGC, um novo líder. Embora concorressem mais partidos, a vitória seria disputa pelos dois principais partidos cabo-verdianos.

O PAIGC, depois de vários anos liderado por José Maria das Neves, apresentou Janira Hopffer Almada a candidata a Primeira-Ministra. O MpD apresentou o antigo Presidente da Câmara Municipal da Praia, Ulisses Correia e Silva depois de anos de liderança de Carlos Veiga.

A campanha eleitoral decorreu num ambiente de críticas mútuas entre os dois principais partidos.

O PAICV acusou o MpD de ter tido uma governação desastrosa do país quando, nos anos 90, liderou o governo de Cabo Verde. As acusações da líder do PAICV centraram-se na falta de meios financeiros para pagar os funcionários públicos e a falta de divisas essenciais para fazer face às importações.

Face a este cenário, Janira Almada contrapôs a obra desenvolvida pelo PAICV os últimos 15 anos que deixou o país dotado de toda uma série de infraestruturas como portos, aeroportos, estradas, centros de saúde e escolas, ou investimentos na água, no saneamento, nas comunicações e nos recursos humanos. Recordou, igualmente, a imagem internacional de que o país goza atualmente fruto do trabalho do governo, que, entre outras coisas, permitiu que Cabo Verde se graduasse em país de rendimento médio.

Caso vencesse as eleições, Janira Almada prometia um aumento do emprego jovem, grande problema atual de Cabo Verde e que neste momento, ronda os 15,6 % desta população e a melhoria do ambiente de negócios do país a nível africano e internacional. Para incentivar o investimento privado, prometia adotar uma diplomacia económica mais atuante e, por exemplo, isentar os grandes empreendimentos, particularmente os turísticos, do Imposto Único sobre o Património (IUP).

O MpD rejeitou as críticas, acusando o governo do PAICV de partidarizar a máquina do estado com nomeações para cargos públicos baseados apenas na filiação política. Paralelamente, acusou o executivo do PAICV de ter adotado um modelo de crescimento do país que não é sustentável e que não dá resposta ao agravamento das situações como o desemprego entre os jovens e o aumento da insegurança.

O MpD apostou em transmitir a mensagem de que seria capaz de criar milhares de empregos através de um crescimento económico do país que deverá ser, no mínimo de 7% ao ano. A meta do MpD é reduzir a taxa de desemprego para 10% em 2021 e para 5% até 2026.

O terceiro partido mais importante no cenário político cabo-verdiano, a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), liderado por António Monteiro, pretendeu impedir que qualquer um dos outros dois partidos pudesse alcançar a maioria absoluta de modo a tornar a UCID um elemento essencial ao futuro do país. Para tal, a UCIS apostava em conseguir obter, pelo menos, cinco deputados.

Para além do PAICV, MpD e UCID, nestas eleições legislativas concorreram também o Partido Popular (PP), o Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS) e o Partido Social Democrático (PSD).

O MpD venceu as eleições com maioria absoluta, alcançando 53% dos votos e elegendo 40 dos 72 deputados. O PAICV obteve 37% dos votos e elegeu 29 deputados.

A UCID obteve 7% dos votos e elegeu 3 deputados. Apesar de aumentar a sua representação parlamentar de dois para três deputados, a UCID ficou aquém do seu principal objetivo que era o de servir de fiel da balança entre os dois principais partidos.

Governo de Unidade Nacional na Líbia

Desde que o regime do coronel Muammar Kadhafi caiu em 2011, a Líbia não tem, efetivamente um governo nacional. Após o derrube do governo de Khadafi, tendo a oposição líbia contado com o apoio das forças da NATO, o país mergulhou numa crise que tem provocado uma grande instabilidade na região. A ausência de um estado com controlo efetivo de todo o território, tem permitido que a Líbia se tenha transformado num santuário para grupos terroristas como, por exemplo, o Estado Islâmico (EI).

Para além de usar o território líbio para se estabelecer, estes grupos terroristas têm, igualmente, levado a cabo campanhas de recrutamento de novos elementos no seio da população líbia.

Em termos práticos, o país ficou dividido entre dois governos. O governo do Conselho dos Deputados, criado em 2014, tem a sua sede em Tobruk, é liderado por Aguila Saleh Issa, que é considerado o Presidente do país. Este governo é reconhecido internacionalmente como governo legítimo da Líbia. Conta com o apoio militar do Egito e dos Emiratos Árabes Unidos.

O outro governo, que não tem o reconhecimento internacional, é conhecido como o governo do Novo Congresso Nacional, conta com apoio de uma coligação nacional designada Amanhecer e tem a sua base na cidade de Trípoli. Este governo está claramente conotado com a Irmandade Muçulmana, e conta com o apoio internacional de países como o Qatar, o Sudão e a Turquia.

Paralelamente, ambos os governos têm ainda que enfrentar a atuação de milícias que operam no país, nomeadamente a Ansar al Sharia, que é a milícia islâmica mais perigosa do país, e que chegou a controlar Bengasi, a segunda cidade da Líbia.

Também há outro grupo, intitulado Conselho da Shura de Jovens Islâmicos, que está baseado em Derna, na costa nordeste do país e que tem uma clara ligação ao Estado Islâmico na Líbia. Este grupo afirmou publicamente a sua lealdade ao EI, declarando que a zona que controlava já era parte do Califado que o EI pretende instituir.

Face a este cenário, a comunidade internacional tem-se esforçado para que seja encontrada uma plataforma de entendimento entre os dois governos que existem. As primeiras tentativas de negociação surgiram em 2014, por intermédio da ONU e da União Europeia, as quais lançaram um esforço de mediação com negociações de paz em

Genebra, mas que acabariam por fracassar devido a incapacidade de encontrar interlocutores válidos.

Novas negociações foram encetadas, a partir de março de 2015, no meio de confrontos entre dois governos rivais e militantes islamistas. Finalmente, em finais de janeiro de 2016, ONU apresentou uma proposta de governo de unidade nacional, a qual acabou por ser rejeitada porque não houve entendimento sobre a partilha das pastas ministeriais, nomeadamente, a das Finanças, Interior, Defesa e Negócios Estrangeiros.

Face a este fracasso, uma nova solução foi proposta pelo Conselho Presidencial de Unidade, movimento líbio sediando na Tunísia e que inclui membros dos dois governos.

O acordo sugerido permite a criação de um governo de unidade nacional e inclui representantes de várias sensibilidades. O Primeiro-ministro será Fayez el-Sarraj, que era apoiante do governo de Tobruk. O governo terá 13 ministros e cinco ministros de Estado. A escolha dos ministros foi feita tendo em conta as várias sensibilidades políticas e geográficas do país.

Esta proposta deverá ser aprovada pelos dois parlamentos existente, o de Tobruk e o de Trípoli.

O grande objetivo do acordo é o de restabelecer a autoridade do estado líbio e evitar a presença de elementos do EI na Líbia. Os países da região, nomeadamente, a Argélia, Tunísia e Marrocos estão especialmente interessados numa solução rápida, uma vez que a atual situação de instabilidade tem permitido ao EI ganhar terreno e ameaçar a segurança destes países.





Eleições no Uganda

As eleições presidenciais no Uganda foram marcadas por um clima de grande tensão entre os apoiantes do atual Presidente, Yoweri Museveni, e os apoiantes do principal candidato da oposição, Kizza Besigye.

Durante a campanha eleitoral registaram-se vários confrontos, especialmente graves após a detenção de Besigye pelas forças de segurança. O dia das eleições também ficou marcado por confrontos que obrigaram à intervenção das forças policiais, acusadas pela oposição de terem tido uma posição claramente favorável a Museveni.

Yoweri Museveni acabou por vencer as eleições presidenciais de 18 de fevereiro, logo à primeira volta, com 68% dos votos. O seu principal adversário, Kizza Besigye, do Fórum para a Mudança Democrática, ficou em segundo lugar, com 32% dos votos. Besigye acusou os partidários de Museveni de terem levado a cabo uma campanha de suborno e intimidação que terá condicionado os resultados finais.

A oposição declarou não aceitar os resultados eleitorais devido ao grau de intimidação e às fraudes registadas no dia das eleições. Os observadores internacionais consideraram que houve, de facto, um elevado grau de irregularidades em todo o processo, o que poderá ter condicionado os resultados. A Missão de Observação eleitoral da União Europeia reconheceu que a oposição viu a sua atuação limitada e prejudicada pelas forças de segurança.

Kizza Besigye já tinha concorrido às eleições presidenciais de 2001, 2006 e 2011, todas ganhas pelo Presidente Yoweri Museveni.

Para além de Museveni e de Besigye, concorreram a estas eleições o antigo primeiro-ministro Amama Mbabazi, Benon Biraaro, líder da Paz e Unidade Nacional, Maureen Kyalya, a única mulher, do Partido da Restauração Africana, e Venansius Baryamureeba que concorreu como independente.

Museveni está no poder desde 1986, altura em que liderou, com o apoio da Tanzânia, o National Resistance Army e assumiu o poder, derrubando o então Presidente Milton Obote.

Em 1996, realizaram-se as primeiras eleições presidenciais no Uganda que deram a vitória a Museveni por uma larga maioria. Em 2005 o governo de Museveni procedeu a uma alteração na Constituição que lhe permitiu continuar a poder candidatar-se às eleições presidenciais.

ONU Renova Mandato na Guiné Bissau

O Conselho de Segurança das Nações Unidas reuniu-se, em fevereiro, para analisar a situação na Guiné Bissau. O debate foi feito à volta do relatório que o Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para a Guiné Bissau, Miguel Trovoada, apresentou em nome do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS).

Neste debate participaram vários países que estão mais próximos dos assuntos da Guiné Bissau, nomeadamente, o Brasil, que falou em nome do Grupo de Contacto para a Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz nas Nações Unidas, ao qual preside neste momento, o Senegal, em nome da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e Timor-Leste, que exerce a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Os participantes reconheceram que a situação de instabilidade política na Guiné Bissau país é preocupante, razão pela qual foi sugerido que o mandato da UNIOGBIS fosse prolongado por mais um ano, tanto mais que as forças da ECOMIB, missão de estabilização da CEDEAO, deverão abandonar a Guiné Bissau. A saída do contingente da ECOMIB fica a dever-se, sobretudo, à situação interna na Nigéria, país que é o principal contribuinte financeiro e ao nível de efetivos militares para esta missão.

Neste encontro também foi discutida a substituição do Representante Especial do Secretário-geral da ONU na Guiné Bissau, uma vez que Miguel Trovoada não pretende continuar a exercer estas funções.

Face a este contexto, o Conselho de Segurança decidiu renovar a missão do Escritório Integrado de Construção da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), cujo mandato se continuará a focar em apoiar o diálogo político inclusivo e no processo nacional de reconciliação de forma a facilitar uma governação democrática. Irá, ainda, apoiar o fortalecimento de instituições democráticas e ajudar na melhoria das capacidades dos órgãos do Estado para que estes funcionem em pleno.

Na sequência da renovação do mandato da UNIOGBIS, o Conselho de Segurança decidiu enviar uma missão à Guiné Bissau, a 7 de março, liderada por Angola com o intuito de ajudar a resolver o impasse político que se vive no país. Durante a curta visita foram mantidos



Crise em Moçambique

vários encontros, nomeadamente, com o Presidente da República, e os dois principais partidos, PAIGC e PRS, com o objetivo de sensibilizar as partes em desacordo para que se possa encontrar uma solução duradora para o país.

Durante esta visita, alguns movimentos da sociedade civil apelaram às Nações Unidas para que assumam a administração da Guiné Bissau até que se encontre uma plataforma de entendimento que evite as crónicas fases de instabilidade política que o país tem vivido nos últimos anos.

Poucos dias depois da visita da delegação do Conselho de Segurança da ONU, foi a vez da União Africana enviar, no dia 9 de março, uma missão do seu Conselho de Paz e Segurança da União Africana à Guiné Bissau. O objetivo desta missão foi idêntico ao da ONU, ou seja tentar apoiar as partes desavindas a encontrarem uma solução para a atual crise política que o país vive.



A situação política e securitária em Moçambique enfrenta uma fase de grande instabilidade devido ao diferendo que separa o Governo e a RENAMO. Desde as últimas eleições gerais, realizadas em outubro de 2014, que a situação tem vindo a agravar-se. Na base do diferendo está a questão da RENAMO ter, inicialmente, recusado reconhecer os resultados e, numa fase posterior, pretender nomear os governadores para as províncias onde venceu, ou seja, no Niassa, em Nampula, na Zambézia, em Tete, em Manica e em Sofala.

Desde essa altura têm-se multiplicado os incidentes entre apoiantes da RENAMO e as forças de segurança. Os conflitos mais graves deram-se quando houve dois ataques contra as caravanas onde viajava Afonso Dhlakama e que provocaram vários mortos.

O primeiro incidente deu-se a 12 de setembro de 2015, com a comitiva de Dhlakama a ser atacada perto do Chimoio, na província de Manica. O segundo, bem mais grave, aconteceu a 28 de setembro quando a caravana do líder da RENAMO passava em Zimpinga, no distrito de Gondola, a caminho de Nampula no norte de Moçambique. A partir deste incidente, Dhlakama refugiou-se na serra da Gorongosa.

A RENAMO acusou o Governo de tentar matar o seu líder, assumindo uma solução "a angolana" (numa clara referência à eliminação física do líder da UNITA Jonas Savimbi), para resolver a crise no país. O governo recusou a autoria desses ataques e abriu uma investigação aos mesmos.

Ao longo de 2015, as partes ainda encetaram várias reuniões para tentar ultrapassar a crise. O Presidente Nyusi e o líder da RENAMO chegaram a encontrar-se, a 7 de fevereiro, mas não conseguiram chegar a um entendimento duradouro.

Em inícios de 2016 a situação tornou-se mais tensa quando a RENAMO informou que passaria a governar, a partir de 1 de março, as províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala.

Perante este impasse, que tem levado a que algumas populações da província de Tete tenham procurado refúgio no vizinho Malawi, provocou o receio internacional que o país regressasse a um conflito armado.

A RENAMO propôs uma mediação internacional apadrinhada pela Igreja Católica e pela África do Sul. Mais tarde, sugeriu igualmente



o envolvimento da União Europeia, convite que foi feito durante a visita que Alta Representante para os Negócios Estrangeiros da UE, Federica Mogherini, fez a Moçambique em fevereiro passado.

Apesar do Governo estar igualmente disposto ao diálogo, o mesmo não avança devido a discórdias relativas ao método. O Governo exige um diálogo sem pré-condições. A RENAMO só avança para as negociações após assumir o controlo das províncias onde ganhou as eleições e o convite aos mediadores internacionais.

Numa tentativa de desbloquear a situação, e na sequência de uma reunião do Conselho Nacional de Segurança, realizada a 24 de fevereiro, o Presidente Filipe Nyusi endereçou um convite ao líder da RENAMO para que sejam retomadas as negociações entre as duas partes. O Presidente moçambicano anunciou, na mesma altura, que a delegação do governo seria constituída por Jacinto Veloso, membro do Conselho Nacional de Defesa e Segurança, Maria Benvinda Levi, conselheira do Presidente da República e Alves Muteque, membro do Gabinete do Presidente.

A RENAMO afirmou que só avançaria para uma mediação com a presença de mediadores internacionais e, nesse sentido, não indicaria ninguém para o processo enquanto as suas reivindicações não fossem satisfeitas.

A situação tornou-se, ainda mais tensa quando a 27 de março membros da polícia nacional moçambicana e do exército levaram a cabo ações contra a sede da RENAMO em Maputo e contra a casa do seu líder, nesta mesma cidade, com o objetivo de apreender armamento.

Para além do agravamento da situação político-militar, Moçambique também enfrenta problemas económicos sérios. O recente optimismo à volta das potencialidades das reservas de gás natural do país conheceram um claro revês devido ao adiamento do início da exploração provocado, sobretudo, pela baixa dos preços do gás natural a nível mundial.

Esta situação já levou a que vários projetos de gás natural em diversas regiões do mundo tenham sido cancelados. Moçambique conta com os dividendos do gás natural para fortalecer a sua economia, tanto mais que o FMI considerou que a funcionar em pleno, o gás natural poderia tornar Moçambique o país como maior crescimento em África.

Estas duas situações, a político-militar e a económica, associadas estão a provocar alguma desconfiança nos doadores internacionais, bilaterais e multilaterais, que participam no apoio geral ao orçamento de estado. O conjunto das contribuições destes doadores ascende a cerca de 400 MUSD anuais, os quais são, nesta altura, fundamentais para o estado moçambicano. Porém, alguns países estão relutantes em efetuar os seus desembolsos enquanto a situação interna não se clarificar, nomeadamente ao nível das negociações entre o Governo e a RENAMO.



China Financia Megaprojeto de Gás

A China, a Etiópia e o Djibuti anunciaram, em março, a celebração de um contrato de exploração e transporte de gás natural. O projeto a desenvolver envolve a construção de uma central de liquefação de gás, um terminal portuário no Djibuti e um gasoduto, com a extensão de 700 quilómetros, que ligará a Etiópia ao porto no Djibuti.

Este projeto surgiu em 2015 quando o Primeiro-ministro da Etiópia, Hailmariam Desalegn, se deslocou ao Djibuti onde assinou com o Presidente deste país, Ismail Omar Guelleh, um acordo para a construção de um gasoduto entre os dois países.

Este projeto, cujo gás será destinado na totalidade à China, será financiado pela companhia chinesa Petroleum Group Holding, terá um custo total de 4 mil milhões de USD e deverá estar concluído em 2019.

Os campos de gás estão situados na bacia do Ogaden, na zona sudoeste da Etiópia. Calcula-se que as reservas atinjam 4,7 triliões de metros cúbicos. A operacionalização deste projeto poderá ser uma importante fonte de rendimentos para a Etiópia e para o Djibuti.

Novo Secretário Executivo da CPLP

Decorreu 17 de março, em Lisboa, uma reunião extraordinária de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP. Esta reunião, convocada o ano passado aquando da reunião ministerial de Díli, deveria ter como tema central a análise da nova Visão Estratégica da CPLP. Pretendia-se fechar o texto para que fosse aprovado na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que se realizará em julho no Brasil.

Porém, esta reunião ficou fortemente marcada pela questão da nomeação do novo Secretário Executivo da CPLP. O atual Secretário Executivo, o moçambicano Murade Muragy termina em julho o segundo dos seus dois mandatos. De acordo com as regras previstas, e seguindo a ordem alfabética, o próximo país a nomear o Secretário Executivo seria Portugal. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na sua primeira visita oficial à sede da CPLP, poucos dias após assumir o cargo, reafirmou a intenção de Portugal apresentar um candidato.

A questão complicou-se quando alguns estados membros afirmaram haver uma regra, não escrita, do tempo da criação da CPLP, em que o país onde estava a sede da organização dispensava-se de apresentar um candidato ao lugar máximo da organização. Se assim fosse, em vez de Portugal, seria agora a vez de São Tomé e Príncipe nomear o Secretário Executivo.

O governo santomense avançou, inclusivamente, com a candidatura da atual governadora do banco Central de São Tomé e Príncipe, Maria do Carmo Trovoada, como candidata ao lugar.

O assunto não foi pacífico. O atual Secretário Executivo afirmou que essa regra não escrita deveria ser cumprida. Contou com posições claras, nesse sentido, do Primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves.

No entanto, vários antigos Secretários Executivos da CPLP, como o angolano Marcolino Moco, que foi o primeiro a ocupar o cargo, ou o cabo-verdiano Luis Fonseca, afirmaram desconhecer esta regra. Também o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Embaixador António Monteiro afirmou, igualmente, desconhecer esta regra. Também o antigo Primeiro-Ministro de Cabo Verde, no momento de criação da CPLP, Carlos Veiga, referiu desconhecer esta regra.





Do lado português surgiram três nomes como eventuais candidatas a ocuparem o cargo. Vítor Ramalho, atual presidente da Unidade de Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA); João Gomes Cravinho, ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e atual Embaixador da União Europeia em Brasília e Luís Campos Ferreira, também antigo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

A solução encontrada pela CPLP foi a de dividir o mandato do próximo Secretário Executivo em dois, sendo que São Tomé e Príncipe indicará um nome para os primeiros dois anos e depois será a vez de Portugal indicar alguém para os dois anos seguintes.

A solução encontrada visou garantir que continue a haver uma presença importante dos países africanos nos órgãos máximos da CPLP, o que não aconteceria se Portugal nomeasse o Secretário-executivo para próximos quatro anos, uma vez que, a partir da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de julho próximo, e durante os próximos dois anos, a Presidência será exercida pelo Brasil.

Neste encontro foi aprovado o relatório apresentado sobre a nova Visão Estratégica da CPLP, a qual deverá ser aprovada na Cimeira de julho. Esta nova Visão aposta num reforço do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, elemento fundamental da CPLP mas que tem estado paralisado nos últimos anos devido, sobretudo, à falta de fundos.

Há também a intenção de alargar a cooperação a novas áreas, nomeadamente, a energia, o ambiente, os oceanos e a promoção da mobilidade académica e profissional. Um outro ponto que se pretende promover é o de um maior envolvimento dos Observadores Associados e dos Observadores Consultivos, particularmente das organizações não-governamentais. Finalmente, há a intenção de valorizar o papel das comunidades lusófonas em países terceiros.



Eleições Presidenciais no Benim

O Benim realizou a primeira volta das eleições presidenciais a 6 de março. O até agora Presidente, Thomas Boni Yavi, terminou o segundo dos seus mandatos e não pode recandidatar-se. Ao contrário do que tem sucedido em outros países africanos, não houve alteração constitucional que permitisse ao Presidente ultrapassar o limite de dois mandatos.

O processo despertou um enorme interesse, tendo aparecido 30 candidaturas. A candidatura mais forte foi a do até agora Primeiro-Ministro, Lionel Zinsou que teve o apoio da Aliança República, força política que congregou diversas forças políticas - as Forças Cauris por um Benim Emergente. Zinsou contou ainda com o apoio do Partido de Renovação Democrática (PRD) e do Partido do Renascimento de Benim. Devido ao facto de ser muito próximo da França, Zinsou foi acusado pelos seus opositores de estar a mando dos interesses franceses.

Apesar do elevado número de candidaturas presidenciais, apoiadas pelos mais diversos partidos, para além de Zinsou, as candidaturas mais fortes foram as de dois empresários: Patrice Talon, que detém importantes interesses na produção e algodão e o Sébastien Ajavon que domina o sector agroalimentar no país.

Os resultados da primeira volta definiram a necessidade de haver uma segunda volta das presidenciais. Contra as expectativas iniciais, o Primeiro-ministro Zinsou não conseguiu obter maioria necessária, tendo-se ficado pelo 28% dos votos. Em segundo lugar ficou o empresário Patrice Talon, com 25% por cento, seguido, de muito perto com 23% dos votos, por Sébastien Ajavon.

Na segunda volta estiveram em confronto duas visões distintas para o país. Zinsou representa uma linha de continuidade com as políticas seguidas pelo anterior Presidente e que apostou numa grande proximidade à francofonia, nomeadamente à França, e na continuação de uma política de modernização das infraestruturas nacionais. Talon preferiu manter maior distância em relação à França e uma maior proximidade ao mundo anglófono, nomeadamente aos EUA.

Contra as expectativas iniciais, Patrice Talon acabou por vencer as eleições presidenciais na segunda volta realizada a 20 de março. Para a segunda volta, Talon obteve o apoio de 24 dos 33 candidatos da primeira volta, o que lhe permitiu alcançar 65,4% dos votos contra os 34,6% de Zinsou.

Presidente Angolano Anuncia Saída

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, anunciou, em março, que abandonará a vida política ativa em 2018, ano em que completa 76 anos de vida e após de ter estado 39 anos à frente dos destinos do país.

O anúncio foi feito durante a abertura da 11.ª reunião ordinária do Comité Central do MPLA, convocado por José Eduardo dos Santos para preparar o congresso do partido, agendado para agosto e que irá preparar as candidaturas do partido às eleições gerais de 2017.

Este anúncio do Presidente angolano não esclareceu algumas dúvidas sobre o futuro próximo do país. Com eleições presidenciais marcadas para 2017, não ficou claro se José Eduardo dos Santos concorrerá a estas eleições ou se será já o seu sucessor.

A questão do sucessor é uma outra grande incógnita. Ao longo dos anos, e sempre que se falava de uma eventual saída de cena do Presidente angolano, surgiram vários nomes como potenciais sucessores.

Desta vez, também surgiram nomes para uma eventual sucessão. Os mais falados foram os de Manuel Vicente, atual Vice-Presidente do país e durante muitos anos homem forte da SONANGOL; João Lourenço, antigo Secretário-geral do MPLA e atual Ministro da Defesa e José Filomeno, filho mais velho de Eduardo dos Santos e atual responsável pela gestão do Fundo soberano angolano.



Jean Pierre Bemba Condenado

O antigo líder do Movimento de Libertação do Congo (MLC), Jean Pierre Bemba foi condenado, em março, por crimes de guerra e contra a humanidade pelas violações e assassinatos cometidos pela milícia que liderava na República Centro Africana em 2002-2003.

Jean-Pierre Bemba chegou à vice-presidência da República Democrática do Congo (RDC) em 2003, em resultado de um acordo de paz com o governo interino de Joseph Kabila.

Em 2006, Jean Pierre Bemba candidatou-se às eleições presidenciais na RDC contra Joseph Kabila, o qual acabaria por vencer as eleições na segunda volta, com os apoiantes de Bemba a contestarem os resultados por alegadas fraudes.

Apesar desta contestação, Bemba acabou por aceitar os resultados e candidatar-se a Senador do país. A tensão entre os seus apoiantes e as forças armadas congoleesas nunca diminuiu, e o ano de 2007 foi marcado por crescentes conflitos que culminaram com a tentativa do governo de Kinshasa de prender Bemba.

Entre 2002 e 2003, a milícia de Bemba envolveu-se no conflito na República Centro Africana em apoio ao Presidente Ange Felix Patassé que enfrentava um golpe de estado. Segundo a acusação do Tribunal Penal Internacional, membros do MLC praticaram sistematicamente violações contra elementos que se opunham ao Presidente Patassé.

Bemba vivia na Bélgica quando, em 2008, foi preso e levado para o Tribunal Penal Internacional de Haia

O que torna este caso bastante relevante e inédito é que, pela primeira vez, na história do Tribunal Penal Internacional, um comandante militar é condenado por crimes realizados pelas tropas que liderava, num país terceiro. O veredito reconheceu a violação como uma arma de guerra. Jean-Pierre Bemba arrisca agora ser condenado entre 30 anos de prisão a prisão perpétua. Se tivesse sido absolvido, estaria nesta altura a preparar o regresso à vida política na RDC.



França Diminui Presença na República Centro Africana

Após dois anos na República Centro – Africana (RCA), a França anunciou que vai diminuir o seu contingente militar neste país até ao final de 2016. Nesta primeira diminuição o contingente francês passará de 900 para 300 militares. A justificação para esta diminuição prende-se com a estabilização da situação na RCA e a necessidade da França estar mais presente noutros cenários.

A intervenção francesa da RCA foi feita ao abrigo da operação francesa Sangaris, a qual visou uma intervenção mais alargada na região da África Ocidental destinada a travar o avanço de fundamentalismos islâmicos.

A chegada de uma missão da União Africana, a MISCA (Mission internationale de soutien à la Centrafrique sous conduite africaine) composta por um contingente de 4.400 soldados, e o envolvimento militar da União Europeia, com um contingente de 700 soldados, permitiu aos franceses diminuir a sua intervenção na RCA a duas áreas apenas, uma à volta da capital, Bangui, e uma outra que abrange as regiões de Kaga, Bandoro e Ndele.

A realização de eleições presidenciais na RCA e a eleição do novo Presidente, Faustin Archange Touadéra, permitem olhar com otimismo para a normalização da situação no país. Toda a campanha eleitoral de Touadéra foi feita à volta da necessidade de garantir a segurança dos cidadãos. Devido ao conflito que o país viveu nos últimos anos, a ONU calcula que metade da população se encontra deslocada ou internamente ou nos países vizinhos. Nesse sentido, a grande prioridade do novo Presidente é a criação e condições para que as populações possam regressar às suas regiões de origem.

A vitória de Touadéra não deixou de constituir uma surpresa devido ao seu passado. Durante dez anos, Touadéra foi Primeiro-Ministro do Presidente Bozizé, por isso, à partida, contava com a desconfiança da população muçulmana.

A situação na RCA agravou-se em finais de 2012 quando o grupo rebelde Séleka, claramente conotado com a população muçulmana, derrubou o Presidente François Bozizé. Na sequência deste golpe o país mergulhou numa onda de violência religiosa que opôs os apoiantes do Séleka a grupos conotados com movimentos cristãos conhecidos como anti-balaka.

Foi neste contexto de grande instabilidade que a França enviou, em dezembro de 2013, um contingente militar de 2.000 homens para evitar um desastre humanitário.

Oposição tenta a Destituição de Jacob Zuma

O Tribunal Constitucional da África do Sul declarou, a 31 de março, que o Presidente Sul-africano, Jacob Zuma, violou a constituição sul-africana após não ter reposto o dinheiro referente às obras de melhoria da sua casa. O Tribunal deu às finanças do país 60 dias para determinar o valor que o Presidente tem de devolver aos cofres do estado.

O Presidente do Tribunal Constitucional, Mogoeng, considerou que o Presidente sul-africano não respeitou nem defendeu a constituição do país. Perante isto, decidiu que Zuma era obrigado a devolver o dinheiro utilizado nas obras da casa, em Nkandla, na província de KwaZulu-Natal, que não tiveram a ver com a sua segurança.

Em 2014, a mediadora da República, Thuli Madonsela, entidade responsável pela utilização dos fundos públicos, exigiu que o Presidente reembolsasse as obras de renovação da sua propriedade. O Tribunal Constitucional acusou quer Zuma, quer a Assembleia Nacional de ignorar as recomendações de Thuli Madonsela.

Alegadamente estas obras teriam sido feitas para garantir maior segurança ao Presidente Sul-africano. Porém, mais tarde constatou-se que estas obras implicaram a construção de uma piscina, um anfiteatro, e outras infraestruturas de lazer que nada tinham a ver com a segurança do Presidente. O Presidente terá gasto cerca de 20 milhões de euros, em 2009, com as obras na sua residência em Nkandla, a norte da cidade de Durban na província do Kwazulu Natal.

Face a esta decisão do Tribunal Constitucional, os partidos da oposição iniciaram, de imediato, uma campanha destinada a promover a destituição do Presidente sul-africano. O processo foi iniciado pelo líder do maior partido da oposição, a Aliança Democrática (DA), Mmusi Maimane. Também o partido Lutadores da Liberdade Económica (EFF), de Julius Malema manifestou o seu apoio a esta iniciativa.

Uma eventual destituição do Presidente Jacob Zuma tem de ser aprovada na Assembleia Nacional por uma maioria de dois terços. Porém, o partido de Zuma, o ANC, dispõe de uma ampla maioria na Assembleia, pelo que não será de prever que o processo de destituição seja bem-sucedido.

Mas, apesar de contar, teoricamente, com o apoio do seu partido na Assembleia Nacional, a verdade é que Jacob Zuma está a enfrentar



Angola pede Apoio do FMI

dificuldades crescentes na sua presidência. Estas dificuldades poderão provocar uma onda de contestação dentro do próprio partido, pois há que o veja como um obstáculo a futuras vitórias eleitorais do ANC, como também poderá ter consequências imediatas nas eleições municipais sul-africanas que terão lugar este ano.

A condenação do Tribunal Constitucional surge numa altura em que Jacob Zuma está também no centro de uma enorme controvérsia relacionada com a família Gupta, devido ao facto de vários dos seus elementos terem influenciado o Presidente na nomeação de determinados indivíduos para importantes cargos dentro do estado sul-africano.

A família Gupta conseguiu, ao longo dos últimos anos, construir um império económico na África do Sul que envolve diversos setores, nomeadamente, na área da informática, meios de comunicação social e setor mineiro. Os irmãos Ajay, Atul e Rajesh Gupta, pertencem a uma família oriunda do Estado federado indiano de Uttar Pradesh, os quais se instalaram na África do Sul, em 1993, após o fim do regime de apartheid.

O favorecimento governamental à família Gupta começou a ser conhecido em 2013 quando se tornou público que um avião privado desta família, que levava a bordo convidados para um casamento, aterrou na base aérea de Waterkloof, perto de Pretória. Normalmente, esta base aérea está reservada a chefes de Estado estrangeiros e delegações diplomáticas em visita oficial.

Presidente negou qualquer envolvimento e reiterou que apenas ele tem o poder e a competência de nomear os membros do seu gabinete.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou, a 6 de abril, que Angola tinha pedido apoio para a criação de um programa de assistência para os próximos três anos. Este pedido ficará a dever-se, sobretudo, à acentuada queda do preço do petróleo desde 2014, que representa 80% das exportações angolanas, e que terá afetado a capacidade financeira de Luanda.

O governo angolano justificou este pedido de apoio com a necessidade de necessidade de aplicar políticas macroeconómicas e reformas estruturais que diversifiquem a economia e respondam às necessidades financeiras do país.

O objetivo das autoridades angolanas é o de assumir um conjunto de compromissos políticos que passam pelo aumento da transparência das contas públicas, maior diversificação económica e pela promessa de um reforço da aposta nas áreas da agricultura, pescas, minas, educação, serviços financeiros, água, serviços básicos e saúde. Estes objetivos já estavam espelhados no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 do governo angolano.

Este pedido de apoio angolano surgiu num contexto em que a situação económica angolana se vinha a agravar. De acordo com dados da consultora Economist Intelligence Unit (EIU), o crescimento económico previsto para 2016 será de apenas 1,1%, o pior desde 2003. A previsão de inflação é de 14,7%, quase o dobro da registada em 2015.

O FMI respondeu positivamente a este pedido afirmando que apoiará Angola a enfrentar os desafios económicos, criando um programa de apoio que aposte em políticas destinadas a diversificar a economia angolana, em simultâneo, com a estabilidade macroeconómica e financeira.





OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@portugalafrica.pt
www.portugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05